

Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth e suas contribuições para uma leitura da virtualidade real

NOGUEIRA, Vanessa dos Santos¹;
PIZZI, Jovino²

¹Universidade Federal de Pelotas – snvanessa@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jovino.piz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho se propõe a refletir sobre as contribuições da Teoria do Reconhecimento do Outro, proposta pelo filósofo alemão Axel Honneth (2009) para compreender o reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos estabelecem na “virtualidade real” (CASTELLS, 2005), especificamente no campo educacional. No caso, considera-se a relevância da Teoria do Reconhecimento como contribuição teórica para identificar como o reconhecimento intersubjetivo sedimenta compromissos entre os sujeitos em seus espaços/lugares presenciais e virtuais e, por isso, pode ser considerada como uma possibilidade para repensar a formação de professores na Educação a Distância.

Nesse sentido, a educação formal, enquanto luta por/pelo reconhecimento, salienta o desenrolar da “história das lutas sociais como um processo [...] possível de uma classificação e avaliação dos fenômenos particulares” (HONNETH, 2009, p. 269). Isso leva à reflexão sobre o funcionamento das três categorias de reconhecimento intersubjetivo: o amor (relações primárias), o direito (relações jurídicas) e a solidariedade (comunidade de valores). Essa perspectiva teórica em Honneth foi embasada na psicologia social de George Mead e na teoria social de teor normativo do jovem Hegel (HONNETH, 2009).

2. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho, de cunho bibliográfico, envolveu leitura sistematizada e discussão da obra *Teoria do Reconhecimento do Outro* (HONNETH, 2009) e suas contribuições para compreender o reconhecimento intersubjetivo estabelecido pelos sujeitos- na “virtualidade real” (CASTELLS, 2005).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A normatização e o desenvolvimento da Educação a Distância movimentam as formas de interação entre professores e alunos. A interação passou a sofrer alterações, entre elas as formas de comunicação; antes predominava a linguagem oral, hoje com a formação de redes virtuais, a linguagem escrita passa a ter relevância. No ensino presencial, cada sujeito falava por sua vez; na EAD esse processo é inverso, os alunos “falam” mais intensamente, usufruindo das possibilidades de expressão do ambiente virtual. Em razão disso, se altera tanto o cenário do ensino presencial quanto o virtual, “seja entre usuário e tecnologias digitais ou analógicas, seja nas relações “presenciais” ou “virtuais” entre seres humanos” (SILVA, 2000, p.20).

A Educação a Distância passa a crescer no cenário brasileiro a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). No ano de 2005, foi criado o Decreto Federal nº. 5.622/2005 (BRASIL, 2005), regulamentando o artigo 80 da Lei Nº. 9.394/96 e versando sobre a Educação a Distância no Brasil. Define, então, em seu artigo 1º, a EAD como “[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação [...]” (BRASIL, 1996).

A Universidade Aberta do Brasil, UAB, decorre do Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, Artigo 1º “[...] o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006, p.12). Pode-se observar que o foco principal é “oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica” (BRASIL, 2006, p.12).

Hoje, partindo dessa composição histórica para além da sua normatização, tanto pela busca por reconhecimento social, quanto pela imposição política do seu andamento, destaca-se como fator importante a transição do espaço/lugar onde essa formação acontece, ou seja, do dito presencial para uma virtualidade real.

Nesse sentido, Castells (2005) analisa a cultura na sociedade, como sendo gerada sempre por processos de comunicação. Para o autor, a organização social sempre se apresenta mediada por símbolos, sendo essas representações simbólicas presentes no presencial e no virtual, assim se estabelece “[...] a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade” (CASTELLS, 2005, p. 163). Assim, um sistema de informação gera uma realidade virtual, onde as ações simbólicas transcendem as imagens do mundo virtual e passam se transformar em experiências.

A virtualidade real presente hoje nas redes de comunicação mediadas pela internet se apresenta como mais uma forma de representação simbólica da sociedade conforme sua realidade. Honneth (2006, p.16) considera que “a realidade não representa mais para nós apenas um campo de desafio para reações de adaptação”, ela passa a ser mais complexa conforme “é preenchida por uma quantidade crescente de intenções, de desejos e concepções que aprendemos a considerar como motivações para nossas ações” (Idem, idem). Cada época histórica experencia as criações tecnológicas de seu tempo, passando a ser naturalizada na cultura de cada lugar/espaço/tempo específicos.

Nessa acepção, a virtualidade real permeia os espaços da universidade, quer os professores e alunos a utilizem ou não. Existe ainda estranhamento por parte dos docentes ao serem defrontados com um trabalho que envolva tecnologias digitais, mesmo com o crescente número de pesquisas, cursos de formação e divulgação sobre essa temática.

Apesar desse estranhamento, não é mais possível pensar de forma separada a virtualidade real e a formação docente. É preciso compreender as relações e os entrecruzamentos, a fim de evitar atitudes de distanciamento entre a teoria e a prática. Na verdade, “o conceito de formação sempre faz um movimento em que o sujeito afasta-se de si para se apropriar do sentido do mundo. O que interessa reter para a formação é justamente a ideia de um movimento de ser que volta a si mesmo a partir do outro” (HERMANN, 2002, p. 100).

Em razão disso, a educação a distância necessita de um enquadramento teórico que sustente a sua prática. As transformações motivadas especialmente

pelo crescimento tecnológico e de mercado, tem dificultado esse processo. Essa proposta é reforçada pelos estudos de Belloni (2006), Silva (2000) e Moran (2009) que, apresentando o desenvolvimento das propostas pedagógicas para EAD, tem se destacado na direção: das teorias da autonomia e autogestão pedagógica do aluno; da tecnologia, quando são enfatizadas as características tecnológicas do processo de ensino; e as interativas e comunicativas, destacando as relações pedagógicas.

Para Moran (2009), ensinar e aprender com as novas mídias digitais poderá ser uma revolução, se alteramos simultaneamente os modelos convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Nesse sentido, a adoção das estratégias tecnológicas na EAD exige um repensar na relação professor-aluno e dos meios de comunicação e interação que poderão tanto aproximar as pessoas, quanto afastá-las.

A comunicação na virtualidade real possibilita aos indivíduos manifestarem suas individualidades e formar vínculos por afinidades, compartilhar experiências a partir de acesso rápido à informação e novas formas de comunicação. Desse modo, o ciberespaço, com todas as possibilidades que oferece, pode ser ocupado para aproximar pessoas e agregar conhecimentos. Quando o acadêmico consegue um emprego, conclui um curso, conquista uma amizade com pessoas que conheceu na realidade virtual, percebemos que toda essa tecnologia pode contribuir para a emancipação do ser humano.

Considera-se que esse movimento de ensino e aprendizagem dos sujeitos imersos nesses espaços/lugares virtuais de formação mobiliza as formas de reconhecimento e não-reconhecimento desses sujeitos a partir da estrutura das relações sociais de reconhecimento. Honneth (2009) propõe três padrões de reconhecimento intersubjetivos, são eles: o amor (relações primárias), o direito (relações jurídicas) e solidariedade (comunidade de valores). O autor embasou essa construção teórica na psicologia social de George Mead e na teoria social de teor normativo do jovem Hegel, avaliando as aproximações das pesquisas desses dois autores e buscando estabelecer relações entre elas para sustentar a sua tese de reconhecimento. (HONNETH, 2009).

A primeira forma de reconhecimento descrita por Honneth é o amor, destacando as relações primárias de reconhecimento, em especial a relação entre mãe e filho como uma representação simbiótica. Colocando que toda relação amorosa está ligada à empatia e à atração, numa relação simultânea da afirmação da autonomia apoiada pela dedicação (HONNETH, 2009).

A segunda forma de reconhecimento proposta é do direito, diferenciado do amor no sentido que este “[...] só pode se constituir na sequência de evolução histórica” (HONNETH, 2009, p.180). Essa forma de reconhecimento pode variar de acordo com o cenário histórico e a forma de organização social de determinada sociedade. Nesse sentido o autor faz referência a uma aplicação específica: “[...] um direito universalmente válido deve ser questionado, à luz das descrições empíricas da situação, no sentido de saber a que círculo de sujeitos ele deve se aplicar, visto que eles pertencem a classes de pessoas moralmente imputáveis” (HONNETH, 2009, p. 186). O direito difere da terceira forma de conhecimento, a estima social, pois a primeira trata do reconhecimento do sujeito a partir das normas e a segunda das propriedades particulares que o definem como diferente dos outros.

Essas formas de reconhecimento, foram fundadas na luta de classes e no desrespeito e buscam descrever as formas como o sujeito percebe-se na medida em que reconhece o outro e se reconhece na sociedade. Ao considerar a

virtualidade real como lugar/espço presente na vida de professores e estudantes da EAD, lugar/espço esse que além de mediar os processos de ensino e aprendizagem oferecem possibilidades de comunicação para além do ensino formal, produzindo conhecimento, incertezas, estranhamentos e angústias.

Essa produção de sentidos presentes na virtualidade real se constitui paulatinamente, mesclando experiências presenciais e virtuais. Ora acontecendo porque a outra pré-existe, ora somente existindo em um desses lugares/espços, gerando um movimento constantemente alternado, essas experiências influenciam tanto o reconhecimento intersubjetivo presencial como o reconhecimento intersubjetivo virtual.

4. CONCLUSÕES

O avanço do sistema UAB indica a oferta de cursos de licenciatura e de formação de professores como uma alternativa frente ao modelo formal. Seu crescimento, embora com falhas, se mostra como uma possibilidade de acesso ao ensino superior para uma parte da população sem outra possibilidade de estudar se não nessa modalidade educacional. Nesse sentido, a busca por formação ganha uma abrangência de luta social, enquanto os candidatos, ao se formarem, conseguem reconhecimento frente aos demais. No fundo, ela é “uma luta (que) só pode ser caracterizada de ‘social’ na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (HONNETH, 2006, p. 256). Por isso, acredita-se que a *Teoria do Reconhecimento do Outro* contribui significativamente para pensar o movimento em que se constituem as relações sociais intersubjetivas na virtualidade real.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2006

BRASIL. LDB. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Decreto nº. 5.622 de 19 de Dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1. 8^o ed. Paz e Terra, 2005.

HERMANN, N. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. 2. ed. Editora 34: São Paulo, 2009.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/inov.htm>. Acesso em: 15 de maio 2009.

SILVA, M. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.